

## V. As mulheres na força sindical

Leôncio Martins Rodrigues  
Adalberto Moreira Cardoso

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM., and CARDOSO, AM. As mulheres na força sindical. In: *Força sindical: uma análise sociopolítica* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 65-77. ISBN: 978-85-7982-020-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## V. AS MULHERES NA FORÇA SINDICAL

**D**entre as várias transformações estruturais por que passou o mercado de trabalho no Brasil nos últimos anos, duas merecem destaque. De um lado, a intensa urbanização da atividade econômica, que criou um contingente de trabalhadores cada vez mais vinculado a profissões tipicamente “da cidade”. De outro, a participação feminina na força de trabalho, que vem aumentando sistematicamente, em números absolutos e relativos. Este último aspecto é crucial. Enquanto, em 1976, 29% das mulheres em idade de trabalhar estavam no mercado de trabalho, em 1989 essa participação chegava a quase 39%.

O avanço das mulheres revela, sem dúvida, um processo em curso de mudança na divisão sexual do trabalho no país, além de lançar novas luzes sobre as transformações no comportamento e nas posições das mulheres no interior das famílias. A maior participação feminina no mercado de força de trabalho tem contribuído para lançar novos temas nas arenas onde se disputa a definição dos direitos sociais e trabalhistas: salários diferenciais para homens e mulheres que desempenham uma mesma função – uma praxe no país – ganharam espaço nas reivindicações sindicais, denunciados como forma de discriminação contra a mulher, as gestantes ganharam tratamento especial na nova Constituição; o problema da guarda dos filhos da mulher trabalhadora resultou em direito de creche; a simples presença feminina em áreas de trabalho dominadas originalmente pelos homens ampliou reivindicações sobre condições de trabalho e sobre os direitos da mulher de modo geral.

O aumento da parcela feminina no mercado de força de trabalho, entretanto, não foi acompanhado de aumento equivalente na proporção de mulheres na vida política, associativa e sindical. Esta última atividade, em especial, é ainda predominantemente masculina. Os dados mais recentes do IBGE mostram que apenas 8,6% das mulheres ocupadas de 18 anos ou mais estavam filiadas a sindicatos e associações profissionais em 1988, contra pouco mais de 16% dos homens.<sup>1</sup> Ao lado disso, entre os diretores efetivos de entidades sindicais, em 31.12.1988, quase 93% eram homens e apenas

---

<sup>1</sup> IBGE: *Participação Político-social: Educação, Meios de Transporte, Cadastro e Associativismo*, Brasília, IBGE, 1991.

7%, mulheres.<sup>2</sup> Em suma, não apenas as mulheres tinham vida associativa menos intensa do que os homens em 1988 (se bem que a taxa de associacionismo masculina também fosse baixa) como ainda estavam praticamente ausentes direções sindicais.<sup>3</sup>

Quadro IV-1  
Participação feminina e masculina no III e IV CONCUR e na FS

Congressos	Masc.	Fem.	Total	N
FS	86,6	13,4	100,0	1.154
III CONCUR	75,9	24,1	100,0	4.290
IV CONCUR	81,6	18,4	100,0	1.554

O congresso de fundação da Força Sindical refletiu esse quadro. As mulheres presentes eram apenas 14% do total. Embora esse número fosse maior do que os pouco mais de 8% encontrados de mulheres ocupadas com vida associativa (como vimos acima), estava bem abaixo da participação feminina na PEA e, para usar outro termo de comparação, era menor também que o percentual de mulheres encontrado nos III e IV congressos da CUT (1988 e 1991).

No caso da CUT, a participação das mulheres, que baixou significativamente do III para o IV Congresso, embora superior à Força Sindical, está ainda muito abaixo da proporção de delegados do sexo masculino.<sup>4</sup>

Pelo que indicam os dados disponíveis referentes a outros congressos, a baixa participação feminina no congresso de fundação da Força Sindical e nos congressos da CUT não constitui exceção. A pequena porcentagem de mulheres entre os delegados foi também observada em outros congressos da CUT. Por exemplo, no VI Congresso Estadual da CUT do Rio de Janeiro (maio de 1990), apesar da esmagadora proporção de trabalhadores do setor terciário (72%), onde o emprego feminino tende a crescer, houve apenas 21% de mulheres.<sup>5</sup> No V Congresso Regional da

<sup>2</sup> IBGE: *Indicadores Sociais: Sindicatos*. Brasília, IBGE, 1991.

<sup>3</sup> Não se trata de algo específico do sindicalismo brasileiro. Também em outros países, a atividade sindical é quase totalmente dominada por homens.

<sup>4</sup> Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit. e Resoluções do IV CONCUR*.

<sup>5</sup> Renato Rocha Pitzer e Marco Aurélio Santana, *Trabalhador e Militância Sindical no Rio de Janeiro. Um Perfil dos Delegados ao VI Congresso Estadual da CUT/RJ-90, op. cit.* No

CUT do Rio Grande do Sul (junho de 1989), a participação feminina não passou de 18%.<sup>6</sup> A presença das mulheres é ainda menor nos postos de comando, observação válida para todas as centrais sindicais. Na Força Sindical, entre 73 integrantes de sua Direção Nacional, há apenas sete mulheres (cerca de 10%), e ainda assim em postos secundários.<sup>7</sup> Na Executiva Nacional, há 24 homens para duas mulheres, essas também em funções de menor importância. A mesma coisa acontece na CUT. Quando da eleição da primeira Executiva da Central Única dos Trabalhadores, apenas uma mulher foi eleita. Da Executiva Nacional que saiu do I Congresso dessa central (1984), duas mulheres participaram (num total de quinze integrantes); nas Executivas eleitas no II CONCUR (1986) e no III CONCUR (1988), a participação feminina baixou novamente para um num total de quinze membros. No IV CONCUR (1991), com a Executiva Nacional ampliada para 25 membros, o número de mulheres não passou de dois. Coincidentemente, todas eram professoras.<sup>8</sup> Na Primeira Executiva da CGT, eleita no congresso de fundação, em março de 1986, entre 18 participantes havia somente uma mulher no conselho fiscal.<sup>9</sup> Na Diretoria Executiva dessa mesma central, eleita no III Congresso, em 1992, de 35 membros efetivos somente três eram mulheres, todas em postos secundários. A atividade sindical, portanto, é uma atividade dominada pelos homens, domínio que aumenta quando se trata dos postos de comando.

Uma discussão das razões desse fato nos levaria muito além dos limites da atual pesquisa. Salientemos, contudo, que a presença masculina, como foi notado, no início deste capítulo, é predominante na força de trabalho como um todo e, basicamente, apresenta forte variação entre os setores econômicos e categorias profissionais. Aqui, uma análise mais detalhada das consequências dessa participação diferencial no mercado de

III Congresso da CGT, segundo os dados fornecidos pela central, num total de 1.314 delegados, somente 26% eram mulheres.

<sup>6</sup> Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*

<sup>7</sup> Não se deve perder de vista, neste argumento, que perto de 50% das mulheres que estiveram no congresso da Força Sindical ocupavam algum (algo na diretoria, com destaque para a tesouraria e a secretaria) Note-se que 16% das mulheres que tinham algum cargo de direção eram presidentes de sindicato. Isso reforça a ideia de que não desempenharam papel de “claque” no congresso da Força Sindical, mas eram efetivamente delegadas de entidade.

<sup>8</sup> Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: Os Militantes e a Ideologia*.

<sup>9</sup> *CGI*; ano I, n 1, abril de 1986. Publicação da CGT.

trabalho exigiria considerar o peso das categorias profissionais nos congressos sindicais e a proporção de mulheres nessas categorias. Assim, por exemplo, sendo relativamente pequena a presença feminina num dado ramo, seria de esperar aí uma participação também menor de mulheres em eventos sindicais (e em outros compostos esmagadoramente por homens). Mas a relação entre a proporção de mulheres num dado setor econômico ou profissional e a proporção de sua participação nas atividades associativas parece longe de explicar a baixa participação feminina nas atividades sindicais. No caso brasileiro, como também em outros países, o fenômeno provavelmente tem alguma relação com a situação de subordinação das mulheres no interior da sociedade, de modo geral, e entre as classes populares, de modo particular, fato que tende a afastá-las da atividade sindical (e outras relacionadas à vida pública) e, especialmente, a dificultar a presença feminina nas funções de direção.

Mas é preciso ter em conta também outros elementos ligados ao que convencionalmente aparece como traços “masculinos” e “femininos”. O discurso sindical, tal como o discurso político dos palanques (não o da conversa dos bastidores), constituiu-se historicamente como um “discurso masculino”: agressivo, impositivo, ameaçador, destinado a revelar força, destemo; disposição para o combate. Visando entusiasmar os partidários e intimidar os adversários, tem como componente cênico habitual a voz forte, os gritos e gestos “viris”, os punhos fechados martelando as mesas. As mulheres, para se projetarem no campo sindical (e político), necessitam geralmente assumir a postura masculina e rejeitar as formas de comportamento que habitualmente são consideradas como especificamente femininas. Essas características do discurso e da prática política estariam, talvez, contribuindo para a reduzida presença de mulheres nas cúpulas sindicais. Mas pensamos, por outro lado, que certos valores atualmente classificados como “machistas”, e o fato de as atividades domésticas continuarem a ser preenchidas fundamentalmente pelas esposas, fazem com que a participação das casadas nos eventos sindicais seja bastante inferior à das solteiras, divorciadas e viúvas.

Desse ângulo, um dado no congresso da Força Sindical que traz novos elementos para a reflexão são as diferenças no que diz respeito à participação feminina e masculina. Enquanto os homens são esmagadoramente casados, na proporção de quatro para um em relação aos solteiros, as mulheres são esmagadoramente solteiras, na proporção de três

para uma em relação às casadas. Além disso, 16% das delegadas do sexo feminino eram divorciadas e 5% viúvas, contra 7% e 0,8%, respectivamente, para os homens.

*Tabela IV-1  
Distribuição por sexo e estado civil*

<i>Estado Civil</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
Solteiro (a)	11,0	49,1
Casado (a)	80,7	29,2
Divorciado (a)	6,9	16,1
Viúvo (a)	0,8	5,0
Outra situação	0,6	0,6
Total	100,0	100,0
N	998	156

Não se trata de uma situação específica da Força Sindical. No III Congresso Nacional da CUT, enquanto a proporção de casados era de 63%, a de casadas baixava para 31%, sendo a proporção de mulheres divorciadas ou viúvas (15%), bem superior à dos homens (6%).<sup>10</sup>

Por outro lado, as mulheres que participam de congressos sindicais tendem a ter níveis de escolaridade elevados, geralmente superiores aos dos homens. No caso da Força Sindical, 22% das mulheres no congresso de fundação tinham universidade completa ou incompleta. Para os homens, a proporção era de 16%. Na CUT, a diferença foi ainda mais acentuada. Entre as delegadas do III CONCUR, 41% possuíam curso superior completo, contra somente 16% dos homens.

Suzanna Sochaczewski, que redigiu a parte da pesquisa referente ao perfil das mulheres no III CONCUR,<sup>11</sup> alerta que esse elevado nível de instrução das delegadas do sexo feminino provavelmente se relaciona com o fato de que quase a metade da representação de professores de nível secundário e superior (muito forte na CUT) é do sexo feminino. Trata-se de mulheres com experiência e hábito de exposição – e eventualmente de comando e administração – num segmento profissional em que são amplamente majoritárias. Mas cumpre considerar que também em outros congressos foram encontrados níveis de escolaridade mais elevados entre as

<sup>10</sup> Leônicio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*

<sup>11</sup> *Idem.*

mulheres do que entre os homens, não só em razão do peso das professoras como também de outros setores de serviços que requerem maior qualificação educacional (funcionalismo público, serviços sociais, etc.). Por exemplo, no VI Congresso Estadual da CUT do Rio de Janeiro, 61% das congressistas tinham curso superior completo. No total, 74% delas eram delegadas de sindicatos e associações do setor de serviços (contra 26% dos homens). Em contraposição, no setor secundário havia apenas 6% de mulheres. A partir desses dados, Renato Rocha Pitzer e Marco Aurélio Santana, coordenadores da referida pesquisa, concluem que as faixas salariais das mulheres que participaram do congresso do Rio de Janeiro são bem mais elevadas do que as do total das mulheres assalariadas fluminenses e cariocas. Considerando-se esses dados, assim como os relativos ao III CONCURTO e ao congresso de fundação da Força Sindical, pode-se levantar a hipótese mais geral de que as mulheres que vêm aos congressos sindicais são de status social superior não apenas ao das mulheres assalariadas em geral, mas também ao dos delegados do sexo masculino.

### *Características demográficas*

No caso do I Congresso da Força Sindical, apesar de seu número reduzido, as mulheres não apresentaram características demográficas muito diversas das dos homens, exceção feita ao estado civil e, em menor medida, à escolaridade. A média de idade das mulheres foi de pouco mais de 36 anos, contra os 39 anos encontrados para os homens. Ao mesmo tempo, a maioria relativa da representação feminina concentrou-se na faixa entre 30 e 39 anos, tal como a representação masculina, ainda que mereça destaque o percentual mais elevado de mulheres na faixa entre 21 a 29 anos.

*Tabela IV-2*

*Homens e mulheres na FS segundo faixas de idade*

<i>Sexo</i>	<i>16 a 20 anos</i>	<i>21 a 29 anos</i>	<i>30 a 39 anos</i>	<i>40 a 49 anos</i>	<i>50 anos ou +</i>	<i>Total</i>	<i>N</i>
Masculino	1,4	12,5	41,6	28,3	16,2	100,0	996
Feminino	3,8	25,2	37,6	18,9	14,5	100,0	155
Total	1,8	14,2	40,9	27,1	16,0	100,0	1.151

Obs.: As porcentagens por classe de idade devem ser lidas na horizontal.

Do mesmo modo, tal como os homens, a grande maioria das mulheres era representante de sindicatos do Estado de São Paulo (perto de

50%), com as mineiras em segundo lugar (13%) e em seguida as nordestinas, paranaenses, fluminenses e capixabas, cada região comparecendo com pouco menos de 10%.

As primeiras diferenças que merecem destaque surgem quando comparamos a entidade que homens e mulheres representavam e a profissão de delegados de ambos os sexos. Nos setores da alimentação e do papel e papelão, a participação feminina foi muito pequena, apesar de os delegados do setor da alimentação terem tido forte participação no congresso. Por outro lado, nota-se que as mulheres, também como os homens, eram em sua maioria delegadas de sindicatos de trabalhadores metalúrgicos, do comércio e serviços. Mesmo aí, a participação masculina – embora de modo não tão acentuado quanto nos ramos do papel, papelão e da alimentação – superou a feminina. Pouco mais de 26% dos homens eram delegados de sindicatos de indústrias metalúrgicas, contra cerca de 21% de mulheres. De modo análogo, 29% dos homens eram delegados de entidades do comércio e serviços, contra pouco mais de 24% das mulheres. As diferenças mais marcantes, contudo, se referem aos delegados de entidades do funcionalismo público e de outras categorias. Era proporcionalmente irrelevante a presença de delegados do sexo masculino representando essas últimas entidades, ao passo que 11% das mulheres eram delegadas do funcionalismo (contra 2% de homens), além de 14% representarem “outras categorias” (contra 3% de homens).

*Tabela IV-3*

*Participação por sexo segundo o ramo de atividade do sindicato*

<i>Ramos</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
Comércio/serviços	29,0	24,5	28,4
Metalúrgicas	26,4	20,8	25,6
Outras indústrias	19,1	18,9	19,1
Alimentação	12,3	8,8	11,8
Papel/papelão	4,4	0,6	3,9
Funcionário público	1,6	11,3	2,9
Agricultura	3,8	1,3	3,5
Outras categorias	3,4	13,8	4,8
Total	100,0	100,0	100,0
N	971	153	1.124

A representação feminina no congresso de fundação da Força Sindical não espelha, neste pormenor, a distribuição da população feminina

ocupada no País. Em 1988, apenas 12% das mulheres trabalhadoras do Brasil estavam na indústria, contra quase 50% das delegadas presentes no congresso da Força Sindical (somadas todas as entidades de trabalhadores industriais). Assim também, enquanto 45% da PEA feminina ocupada, nesse mesmo ano, estavam no comércio e nos serviços, entre as delegadas no congresso da Força Sindical esse percentual não chegou a 25%. É claro que isso reflete as características das entidades representadas no congresso, marcadamente “industrial” em sua composição, como já tivemos a oportunidade de assinalar. Desse ponto de vista, as mulheres do setor industrial da economia estavam sobre-representadas, na exata medida em que esse próprio setor também estava.

Se compararmos, finalmente, os dados do III CONCUR com os do primeiro congresso da Força Sindical e a PEA feminina ocupada, veremos que o congresso cutista espelhou mais fielmente o que ocorre no mercado de trabalho. Mais de 60% das delegadas do III CONCUR eram do setor terciário da economia, contra cerca de 70% da PEA feminina ocupada em 1988.<sup>12</sup>

Quando, porém, nos debruçamos sobre os dados a respeito das profissões das delegadas no congresso da Força Sindical, vemos que o ramo da atividade econômica em que se localizava a maioria das mulheres estava a escamotear um fato importante. Poucas delas eram realmente operárias. Com os homens se deu o inverso: 41% destes eram operários qualificados ou não-qualificados da indústria, enquanto as mulheres tinham principalmente profissões não industriais. Como se pode ver na próxima tabela, 22% eram operárias, enquanto 22% eram empregadas de escritório (contra apenas 7% dos homens) e pouco mais de 10% eram trabalhadoras manuais especializadas (contra 2% dos homens nessa condição). Por outras palavras, se a maioria das mulheres era composta de empregadas da indústria, uma porcentagem significativa ocupava principalmente cargos de escritório, isto é, no setor administrativo das empresas (antes, é claro, de se dedicarem majoritariamente à vida sindical, como vemos em seguida). A participação de operárias propriamente ditas e de trabalhadoras manuais (geralmente de nível de

<sup>12</sup> Os dados para a PEA foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1988. Os dados para o III CONCUR estão publicados em Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*

instrução mais baixo) foi, assim, relativamente pequena, especialmente se tem em conta a forte presença de trabalhadores industriais.

Tabela IV-4  
Sexo segundo profissão

Categories	Masculino	Feminino	Total
Operários qualificados e semi qualif.	41,1	22,1	38,6
Empregados de escritório	7,3	22,1	9,3
Não manuais sem qualificação.	8,5	4,5	7,9
Profissionais de nível médio	8,9	5,2	8,4
Profissionais de nível superior	4,8	7,8	5,2
Especializ. do comércio e serviços	4,5	6,5	4,8
“Artesãos” (manuais especializados)	2,4	10,4	3,5
Trabalhadores do setor rodoviário	3,6	-	3,1
Operários não qualificados	2,0	5,8	2,5
Bancários	3,0	0,6	2,7
Trabalhadores rurais	2,4	0,6	2,2
Outros	11,5	14,3	11,8
Total	100,0	100,0	100,0
N	945	148	1.093

Como já assinalamos no *Capítulo II*, as mulheres presentes no congresso da Força Sindical eram majoritariamente diretoras de sindicato, fato que as caracterizava como delegadas efetivas de entidade e não como mera claqué: 43% eram diretoras das entidades que representavam. As mulheres que eram apenas associadas perfaziam 22% e outras 11% eram associadas, mas desempenhavam alguma função em seus sindicatos. Em termos proporcionais, as mulheres estavam menos inseridas na estrutura sindical do que os homens, que eram diretores em 70% dos casos. Note-se ainda que, se somarmos “associado” com “associado com função” entre as mulheres da Força Sindical, chegaremos a 33% de delegadas nessa condição, em estreita equivalência com o que foi encontrado no III CONCUR, para o qual a situação “associado com função” não foi prevista no questionário.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> No III CONCUR, 43% das mulheres eram diretoras de entidade, como na Força Sindical, 33% eram associadas e 11,5% eram representantes de comissões de empresa. Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sylvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, p. 42, tabela 48.

Tabela IV-5  
Distribuição por sexo segundo cargo na entidade

Cargo	Masculino	Feminino	Total
Diretor	70,1	43,2	66,5
Associação	5,7	21,6	7,8
Assoc. com função	5,1	11,1	5,9
Suplente	9,0	6,8	8,7
Delegado	1,4	5,6	2,0
Cons. consultivo	2,4	3,7	2,6
Outra situação	6,3	8,0	6,5
Total	100,0	100,0	100,0
N	987	156	1.143

Embora seja inquestionável o elevado grau de participação das delegadas da Força Sindical na direção dos sindicatos, quando examinamos essa informação mais de perto percebemos que, entre as mulheres presentes no congresso, se considerarmos o cargo mais importante, somente uma pequena porcentagem (16%) ocupava o posto de presidente, contra 27% de homens nesse cargo. Perto de 20% delas ocupavam cargo de tesouraria e 17% de secretaria.

Um fato curioso deve ser assinalado. Se somarmos os cargos de cúpula ocupados por diretores de ambos os sexos (presidência, vice-presidência, tesouraria e secretaria), veremos que a diferença entre homens e mulheres não é tão acentuada quanto parece. Mais de 55% das representantes do sexo feminino ocupavam os cargos mencionados, contra 62% dos homens. Mas cumpre ver que, quando um delegado do sexo masculino declarava-se “secretário”, o mais provável é que ele se referisse à primeira ou a segunda secretaria, ou seja, a cargos relevantes no interior da diretoria. O mesmo não se pode dizer das mulheres. Uma porcentagem relativamente alta de delegadas, ao dizer-se “secretária”, frequentemente manifestava uma situação funcional (datilógrafa, secretária da presidência, etc.). Isso foi constatado durante a codificação dos questionários e vale também para “tesoureiras”, onde se pôde encontrar porcentagem significativa de auxiliares de tesouraria. Por outras palavras, essas mulheres eram, em número não desprezível, membros da burocracia de apoio dos sindicatos, e não da direção sindical em si mesma.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Dado que tínhamos pouco mais de 80 mulheres diretoras de sindicato e, dessas, aproximadamente 16 “secretárias” ou 14 “tesoureiras”, pareceu-nos estatisticamente ocioso especificar à minúcia o cargo declarado, pois isso aumentaria em muito a dispersão dos casos.

Tabela IV-6  
Diretores por sexo segundo cargo na entidade

Cargo	Masculino	Feminino	Total
Presidente	27,1	16,0	26,1
Tesoureiro	14,0	19,8	14,5
Secretário	14,0	17,3	14,3
Conselho fiscal	11,5	13,6	11,7
Suplente	11,3	13,6	11,5
Repr. fed./conf.	3,7	4,9	3,8
Vice-presidente	6,8	2,5	6,4
Outro cargo	11,6	12,3	11,7
Total	100,0	100,0	100,0
N	773	76	849

Essa ressalva visa assinalar que as mulheres presentes no congresso estavam, em proporção maior do que os homens, fora da alta cúpula de seus sindicatos, corroborando os dados para o total da população brasileira do sexo feminino apresentados no início deste capítulo. Esse fato é reforçado ainda pela diminuta presença de mulheres na Direção Executiva eleita no I Congresso da Força Sindical, como já assinalamos.

O padrão que se esboça aqui – menor vinculação institucional relativa das mulheres, maior distância relativa dos cargos de cúpula, em suma, o sindicalismo como atividade eminentemente masculina – fica mais demarcado quando se descobre que as mulheres tinham menos tempo de diretoria e menos tempo de militância do que os homens. Deve-se ressaltar, entre as mulheres diretoras, que quase 60% estava há apenas dois anos ocupando cargos na direção, enquanto para os homens esse valor era aproximadamente de 41%.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Uma questão interessante é a da relação entre data de entrada no mercado de trabalho e idade e tempo de militância no movimento sindical. A nova configuração do mercado de trabalho e a crescente participação de mulheres na força de trabalho nos últimos anos podem estar explicando esse tempo de militância relativamente menor das mulheres em comparação com os homens. Outra variável interveniente que talvez apresentasse relevância seria a profissão (e o ramo de atividade) das mulheres militantes. Embora tenhamos esse dado em nosso questionário, o número reduzido de mulheres diretoras não permitiu uma análise estatisticamente significativa.

*Tabela IV-7*  
*Diretores por sexo e tempo ocupando cargos na diretoria*

<i>Tempo</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
Menos de um ano	11,1	16,5	11,6
Um ano	14,7	21,4	15,3
Dois anos	15,6	20,3	16,0
Três anos	11,1	12,7	11,2
Quatro a sete anos	26,3	17,7	25,6
Oito a quinze anos	15,8	10,1	15,3
Mais de quinze anos	5,4	1,3	5,0
Total	100,0	100,0	100,0
N	748	74	822

Além disso, mais da metade das representantes do sexo feminino militava há três anos ou menos.

Esses dados não são de todo surpreendentes, uma vez que já constatamos a alta correlação positiva entre idade, tempo de militância e tempo na diretoria (*Capítulo II*). Como as mulheres apresentaram média de idade mais baixa do que a dos homens, era de se esperar que os dois últimos valores fossem também menores.

*Tabela IV-8*  
*Diretores segundo sexo e tempo de militância no movimento*

<i>Tempo</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
Até três anos	27,3	51,5	30,2
Quatro a sete anos	21,5	20,1	21,3
Oito a quinze anos	31,3	18,7	29,8
Mais de quinze anos	19,9	9,7	18,7
Total	100,0	100,0	100,0
N	916	128	1.044

### ***O comportamento eleitoral feminino***

O voto feminino no primeiro turno das eleições presidenciais foi ligeiramente “menos esquerdista” do que o masculino. Quase 30% das mulheres votaram em Collor ou em outro candidato não de esquerda. Na verdade, Collor foi o mais votado entre as mulheres, enquanto Lula o foi entre os homens (entre as mulheres, houve virtual empate em torno de 20% para cada candidato, mas Collor teve um pouco mais). O fato mais marcante, aqui, é a baixa votação em Brizola, que aparece apenas em quarto

lugar entre as mulheres, enquanto entre os homens o candidato do PDT foi o segundo mais votado. Quanto aos demais candidatos, a dispersão para homens e mulheres não foi substancialmente distinta.

*Tabela IV-9*  
*Delegados segundo sexo, por voto no primeiro turno das eleições presidenciais.*

<i>Candidatos</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
Brizola	18,8	10,1	17,6
Covas	17,9	18,1	17,9
Lula	28,3	20,8	27,3
Collor	13,5	22,8	14,8
Freire	5,2	7,4	5,5
Outros	5,4	6,0	5,5
Não votou, não lembra	10,9	14,8	11,4
Total	100,0	100,0	100,0
N	922	143	1.065

Em suma, as mulheres tiveram participação reduzida no I Congresso da Força Sindical, revelando-se também menos comprometidas com a estrutura sindical e com a direção de suas entidades de origem, além de militarem a menos tempo no movimento sindical. Porém as atitudes em relação à ação sindical e às tendências políticas foram muito parecidas para ambos os sexos, o que reforça, neste pormenor, o caráter bastante homogêneo dos delegados como um todo.

Apesar de as mulheres não terem tido um peso acentuado no congresso da Força Sindical, essa central parece ter incorporado em seu “arcabouço organizativo” demandas femininas específicas. Em agosto de 1991 foi realizado, no Rio de Janeiro, um congresso nacional da mulher simpatizante dessa central que contou com a presença de mais de mil participantes. Foi um evento mais político do que sindical. Apesar de se tratar de um evento organizado pela Força Sindical, a prefeita petista de São Paulo, Luiza Erundina, foi homenageada na solenidade de abertura da reunião e disse: “Eu não poderia deixar de estar presente num congresso em que as mulheres discutem saídas para seus problemas, ainda mais como mulher e nordestina, que sofre toda a sorte de preconceitos”<sup>16</sup>. Medeiros e correligionários parecem se dar conta de que o apoio das mulheres a qualquer proposta sindical e política é cada vez mais decisivo na consolidação das centrais sindicais.

<sup>16</sup> Anotado do discurso proferido pela prefeita, noticiado nos telejornais do dia.